

**Brazilian Journal of Forensic Sciences,  
Medical Law and Bioethics**

Journal homepage: [www.ipebj.com.br/forensicjournal](http://www.ipebj.com.br/forensicjournal)



**Anais do XII Simpósio Forense**  
**Proceedings of XII Forensic Symposium**

Received 1 August 2022

XII Simpósio Forense

Realização Faculdade Volpe Miele (FVM)

Forensic Science Investigation Brasil (FSI-Brasil)

Local: Centro de Convenções de Ribeirão Preto

Data: 15 a 17 de Julho de 2022

Resumos:

## **Ciclo de Seminários “Ciências Forenses” como Metodologia de Ensino-Aprendizagem para Alunos de Graduação: Relato de Experiência**

Alessandra Esteves<sup>1</sup>, Lara da Costa Moreira<sup>2</sup>,

Thalita Coutinho de Souza Cruz<sup>3</sup>, Gustavo Christian Quintino da Silva<sup>4</sup>,

Sergio Pereira Lima Neto<sup>5</sup>, Wagner Costa Rossi Junior<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Biomédicas, Departamento de Anatomia, Alfenas, MG, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Motricidade, Alfenas, MG, Brasil

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alfenas, Curso de Biomedicina, Alfenas, MG, Brasil

<sup>4</sup> Universidade Federal de Alfenas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alfenas, MG, Brasil

<sup>5</sup> Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Alfenas, MG, Brasil

A Liga Acadêmica de Ciências Forenses (LACFor – UNIFAL/MG) é uma liga estudantil multidisciplinar que tem por objetivo difundir o conhecimento relacionado às Ciências Forenses, por meio de atividades que contemplem princípios fundamentais relacionados ao ensino, pesquisa e extensão. Em virtude da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) ainda não possuir uma disciplina, ou mesmo programas de pós-graduação que contemplem assuntos dirigidos às áreas forenses, a LACFor desenvolveu no ano de 2021/2022 o ciclo de seminários que teve como finalidade difundir temas importantes e atuais dentro das Ciências Forenses para os alunos de graduação que participam da Liga. Estes seminários foram apresentados quinzenalmente pelos discentes e docentes ligantes; os tópicos apresentados foram: Balística Forense, Acidentes de Trânsito, Perícia Ambiental, Odontologia e Antropologia Forense, Medicina e Medicina Veterinária Legal, Perícias em Áudios e Imagens, Documentoscopia, Perícia em Locais de Crime, Contabilidade Forense, entre outros. Os seminários também contaram com momentos de discussão relacionados ao tema e sua aplicabilidade na perícia criminal. Cada apresentação gerou novos debates, proporcionando um ambiente de aprimoramento do senso crítico e de maior conhecimento dos estudantes. Os temas selecionados foram sorteados entre os ligantes e, após o sorteio, foram estabelecidas as datas de apresentação. Para a apresentação dos seminários, a Liga utilizou a plataforma Google Meet para os encontros permitindo assim uma maior interação entre os membros discentes e docentes. Além da apresentação do tema, a Liga designava um membro que ficava responsável por publicar o assunto apresentado nas redes sociais da LACFor, publicação está em forma de posts relacionadas ao assunto, curiosidades e eventos relacionados ao tema em questão, com a finalidade de realizar ações de ensino e

orientação científica. Foi possível observar que a apresentação dos seminários permitiu aos discentes conhecer mais sobre os temas em evidência e que estão diretamente relacionados às ciências forenses e à criminologia, e garantiu assim uma maior autonomia dos estudantes capacitando-os a idealizar futuros projetos de pesquisa e ações de extensão que poderão desenvolver dentro da Universidade, além de contribuir com o crescimento e aperfeiçoamento da oratória de cada integrante. Conclui-se que o Ciclo de Seminários atendeu as expectativas dos membros envolvidos, fazendo com que os discentes conhecessem as principais áreas forenses e a importância da perícia criminal no contexto social, além de possibilitar o desmembramento de alguns temas em trabalhos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso contribuindo de forma significativa para a formação dos discentes. Sendo assim, os seminários foram capazes de fundamentar e consolidar conhecimentos importantes da temática nos membros participantes da LACFor.

## **LACFor Unifal-MG: Importância e Repercussão da Divulgação de Conhecimentos Forenses Pela Liga Acadêmica de Ciências Forenses nas Mídias Sociais**

Alessandra Esteves<sup>1</sup>, Crisiely Borba de Oliveira<sup>2</sup>,  
Isis Giovanna de Oliveira<sup>3</sup>, Luana Roberta Martins Milan<sup>2</sup>,  
Thayla Eugênia da Silva Tomé<sup>3</sup>, Wagner Costa Rossi Júnior<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Biomédicas, Departamento de Anatomia, Alfenas, MG, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alfenas, Escola de Enfermagem, Alfenas, MG, Brasil

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alfenas, Curso de Biomedicina, Alfenas, MG, Brasil

Diante da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 o uso das mídias sociais tornou-se imprescindível para a educação e comunicação. Neste aspecto, as ligas acadêmicas buscaram se reinventar e investir em novos meios de comunicação para atingir o público. O presente trabalho atualmente desenvolvido pela LACFor busca promover a área forense, por meio das mídias sociais, com o intuito de alcançar a comunidade acadêmica, profissionais da área, mas também estimular a sociedade geral da importância da perícia na resolução dos crimes. A exploração desse espaço digital tem como objetivo a transmissão de conhecimentos relacionados as Ciências Forenses e as técnicas empregadas para desvendar crimes e identificar o suspeito, com atuação interdisciplinar, abordando temas de medicina e odontologia legal, antropologia forense, química e toxicologia forense, papiloscopia, documentoscópica, coleta de vestígios em local de crime, atuação dos peritos oficiais, judiciais e assistente técnicos entre outros. Tais publicações são em forma de posts, curiosidades e divulgações de eventos nas diferentes áreas forenses. Os assuntos publicados possuem evidências científicas que colaboram para o conhecimento e aprendizado dos temas abordados. A publicação dos posts é baseada nas apresentações de seminário internos entre docentes e discentes da LACFor; bem como temas que estão em evidência, além de posts com sugestões de livros, séries e filmes que abordam temas da criminalística. O perfil (@lacfor\_unifalmg) no Instagram, possui 1410 seguidores e no Facebook 137 seguidores. Nestes 11 (onze) meses de existência o perfil publicou 30 (trinta) postagens com intervalo de quinze dias cada. As publicações feitas em formatos de reels, geraram um alcance de mais de 16.500 pessoas por todo território mundial, incluindo diversos estados brasileiros como Minas Gerais, Rondônia, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, entre outros, além de países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Espanha e Portugal. As demais publicações em outros formatos tiveram um alcance de mais de 10.200 pessoas e o uso de hashtags relacionadas com o conteúdo de cada post atraíram mais de 200 visitas e inúmeros compartilhamentos. Diante disso, a proposta de divulgação das ciências forenses nas principais mídias sociais tem alcançado o seu objetivo, atingindo

um público maior que o esperado, tendo uma repercussão positiva, a qual tem contribuído para a compreensão da complexidade e diversidade da área pelo público que acompanha as atividades desenvolvidas pela Liga. Desta forma, torna-se possível verificar o impacto da divulgação da ciência forense na sociedade, demonstrando sua atividade em diferentes áreas de atuação, gerando aprendizado acerca de conhecimentos científicos e biopsicossociais que são utilizados para desvendar crimes e, também buscar resolução de diversos assuntos que envolvam a justiça.

## **Análise de Microvestígios em Substratos às Margens do Rio Piracicaba e Avaliação do Seu Potencial Forense**

Dayana Rodrigues da Silva<sup>1</sup>, Giliane Gessica Rasbold<sup>1</sup>, Paulo Eduardo de Oliveira<sup>2</sup>, Antônio Álvaro Buso Júnior<sup>1</sup>, Luiz Carlos Ruiz Pessenda<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), Laboratório <sup>14</sup>C, Piracicaba, SP, Brasil

<sup>2</sup> Instituto de Geociências (IGc/USP), Geologia Sedimentar e Ambiental, São Paulo, SP, Brasil

A palinologia forense realiza o estudo para fins judiciais de microvestígios (palinomorfos e outros organismos ou partes de sua estrutura que resistem a processamentos químicos), sendo uma ferramenta amplamente utilizada em países como Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. No Brasil, no entanto, essa técnica ainda requer o estabelecimento de protocolos consolidados e adaptados à realidade ambiental e criminal brasileira. Neste contexto, foi conduzido um estudo no município de Piracicaba/SP, às margens do principal rio da cidade, nas quais foram selecionadas três áreas para a coleta de amostras de substrato superficial e também em calçados utilizados para uma caminhada simulada, com o intuito de verificar a correlação entre microvestígios retidos nos calçados com as assembleias encontradas nos substratos e avaliar seu uso sob o contexto forense. Foi realizada a caracterização da cor e granulometria, bem como as análises polínicas, fitolíticas, de frústulas de diatomáceas e de espículas de esponjas. As amostras polínicas foram tratadas utilizando acetólise por anidrido acético e ácido sulfúrico, enquanto as demais foram submetidas a tratamento com peróxido de hidrogênio para a oxidação da matéria orgânica. Os resultados polínicos indicaram menores valores de concentração em áreas antropizadas e em substratos arenosos, e registraram maior diversidade de elementos arbóreos na área de floresta ripária. A proporção de fitólitos BILOBATE e SADDLE refinou os dados polínicos, evidenciando a predominância das subfamílias de gramíneas Panicoideae e Chloridoideae nos diferentes locais. Em apenas uma das áreas, foram identificadas espículas de esponjas de *Tubella paulula*, *T. variabilis*, *T. lanzamirandai* e *Radiospongilla amazonensis*, que caracterizaram o ambiente como lântico. As diatomáceas apresentaram ocorrência pontual de alguns gêneros, que conferiram distinta caracterização às localidades. A concentração de todos os microvestígios foi menor em texturas arenosas e em áreas antropizadas, e a retenção deles nos calçados corresponderam às assembleias registradas nos substratos. O uso simultâneo dos quatro tipos de microvestígios favoreceu a caracterização das áreas e demonstrou potencial em garantir maior robustez às interpretações judiciais, bem como possibilitou verificar a viabilidade e potencialidade em se desenvolver a palinologia forense no Brasil, no intuito de auxiliar na consolidação dessa ferramenta para uso rotineiro da perícia criminal.

## **Ciência Forense – Investigação Criminal, uma Abordagem Educacional no Novo Ensino Médio**

Flávio Boaretto<sup>1</sup>, Rogério Antônio Gaiotti<sup>2</sup>,

Gabriela Nunes<sup>3</sup>, Paula Araújo Petrizi Soares<sup>4</sup>, Rachel Maria Barreiro<sup>5</sup>

<sup>1</sup> *Atmo Educação, Departamento Educacional, Vinhedo, SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Atmo Educação, Diretoria Educacional, Vinhedo, SP, Brasil*

<sup>3</sup> *Atmo Educacional, Diretoria geral, Campinas, SP, Brasil*

<sup>4</sup> *Atmo Educacional, Departamento Educacional, Campinas, SP, Brasil*

<sup>5</sup> *Atmo Educacional, Departamento Educacional, Vinhedo, SP, Brasil*

Com o Novo Ensino Médio que vem sendo implantado, os Itinerários formativos são o caminho percorrido pelo estudante para conectar sua aprendizagem com seus interesses, anseios e aptidões, de modo a preparar-se para o mundo do trabalho. Sendo assim, seus conhecimentos conceituais são associados à temáticas constituintes de uma base que permite aos estudantes investigar, analisar e discutir situações-problema que surjam de diferentes contextos socioculturais, além de compreender e interpretar leis, teorias e modelos, aplicando-os na resolução de problemas individuais, sociais e ambientais. O sistema de ensino por itinerários formativos promove a ampliação das aprendizagens, o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de tomar decisões, colocando o estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem, a fim de que, por meio de uma formação integral, eles possam planejar e executar Projetos de Vida alinhados aos seus interesses pessoais e à promoção de valores universais como ética, democracia, solidariedade, justiça social, etc. Nessa perspectiva, o estudante deve pautar sua formação em cinco eixos estruturantes, sendo que três deles são abordados em nosso curso: investigação científica, processos criativos, e empreendedorismo. O itinerário compreende arranjos e combinações de cursos que, articulados e com os devidos aproveitamentos curriculares, possibilitam uma formação biológica, de saúde e estudos quantitativos aplicados. Os objetivos da disciplina visam colocar os alunos de ensino médio em contato com a realidade atual e com uma nova ordem social. Diante disso, devemos debater com lógica temas que sejam centrais, além de despertar o senso crítico, exercitar a expressão e o raciocínio através de observações de estudos das ciências forenses, posicionando de maneira responsável assuntos que sejam biologicamente relacionados. A técnica utilizada tem como base as metodologias ativas, sendo a principal delas o PBL (*Problem Based Learning*) tendo como princípio norteador sempre uma situação problema que irá nortear o conteúdo das aulas e forçar os estudantes a chegar em conclusões e embasamentos concretos. As metodologias ativas rompem com os paradigmas tradicionais de ensino, apresentando várias vantagens, como a capacidade dos profissionais de resolverem problemas em situações inesperadas, desenvolvimento de pensamento crítico e criativo, responsabilidade com o aprendizado e aperfeiçoamento

contínuo. O curso está dividido em 14 módulos, sendo estruturados os principais assuntos relacionados às ciências forenses e também a curiosidade dos estudantes que possuem de 15 a 17 anos. Os assuntos abordados durante esse semestre foram desde o histórico das leis e investigações, introdução à genética forense, traumatologia forense, asfixiologia forense e sexologia forense. Os resultados são os mais animadores e positivos possíveis, sendo o único curso a criar a quantidade de 3 turmas com 75 alunos em cada turma, num universo de 18 cursos. Apresenta média muito alta de participação e aproveitamento das atividades, sendo que os encontros e as avaliações são de maneira virtual. Algumas conclusões podemos inferir sendo que os estudantes possuem muita curiosidade em relação as ciências forenses e inclusive foram despertados em muitos deles uma tendência para disciplinas envolvidas nessas áreas sendo estimulados e incentivados a prestarem concurso público no setor jurídico e investigativo dos órgãos competentes.



## **A Atuação do Psicólogo na Identificação de Perfis Criminais**

Jacqueline da Costa Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *União Brasileira de Faculdades (UNIBF), Curso de Especialização (Latu Sensu) – Psicologia, São José do Rio Preto, SP, Brasil*

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a atuação da Psicologia Forense no campo de investigação criminal, que por meio de métodos e técnicas, atua traçando um perfil criminal que contribuirá na decisão judiciária, tanto na captura quanto na condenação de um autor de crime. A Psicologia Forense é um campo de estudos recente, no qual a psicologia atua junto com a lei, e seu objeto de estudo está intercalado com o campo jurídico, surgindo de uma necessidade social, relacionado ao comportamento humano e sua personalidade frente a diversas situações criminais. Por meio do perfil criminal são realizadas análises das condições sociais, cognitiva, cultural, moral, genéticas, bem como da personalidade, se faz uso de drogas psicoativas e, também, é realizado o estudo da vítima, quanto aos fatores emocionais, físicos, sociais e qual o seu envolvimento com o autor do crime. Toda esta investigação é baseada na cena de crime, junto aos profissionais jurídicos. Portanto, nessa investigação nosso objetivo é caracterizar a atuação do Psicólogo forense na investigação criminal ao traçar o perfil do autor do crime. Sendo assim, o presente trabalho retratará a atuação do profissional, psicólogo forense, no campo da investigação policial, atrelada ao direito, fazendo com que o sujeito envolvido com o crime, possa ser analisado para que seja identificado ou não, transtornos mentais, decorrentes das influências ambientais, histórico de agressão e negligência na infância, fatores genéticos, traços de sua personalidade e identificando se sua reação corresponde a uma resposta eventual ou se houve relação as suas fantasias ou desejos pessoais, enquanto o trabalho jurídico é retirar do convívio social, através da investigação, tal sujeito, que, com base nas leis, gera perigo a sociedade. Atualmente, no Brasil, o profissional da psicologia investigativa, se encontra escasso de investimento acadêmico e profissional, além disso existe forte atuação estrangeira, sendo inserida aos poucos no país os profissionais especializados locais. Também é relatado que as possibilidades, desta escassez se deve, por não haver uma organização reguladora desta área e também a falta de aprovação, do Estado ou órgão da Administração Pública, na Técnica Criminal Profiling, para a utilização no campo policial, pois é desprovido de estudo científico e de investimento profissionalizante. A metodologia adotada é a pesquisa de natureza bibliográfica, nesse sentido, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada. A busca de materiais foi realizada em repositórios científicos como Scielo, Pesic, além de pesquisas em periódicos, sendo utilizados como mecanismo de busca, os termos boleadores: Psicologia Forense, perfilamento criminal, serial killer, criminologia. Conclui-se que há várias circunstâncias daquele contexto que o

sujeito está inserido, junto com questões biopsissociais, que levaram essa ação criminal, junto com o perfil da vítima, sua relação com o autor do crime e as circunstâncias que acarretaram ao dano.

## O País Que Habita em Mim: A Cultura Que (Não?) Reflete o Sangue Derramado

Josué Aparecido Alves Pinto Júnior<sup>1</sup>; Rubens Correia Júnior<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Faculdade Volpe Miele; Ribeirão Preto, SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Faculdade de Talentos Humanos, Direito, Uberaba, MG, Brasil*

Crimes são complexos e multifacetados. Portanto, é necessário sempre analisar quais fatores servem como influência e gatilhos para os crimes em série. O presente trabalho teve por objetivo estudar a vida, o contexto histórico e cultural de 8 homicidas em série selecionados, sendo 4 nacionais e 4 internacionais, buscando elencar as principais inferências da cultura sobre a expressão do crime em série. Para este projeto foi realizada uma pesquisa bibliográfica de tipo descritiva em busca de expor detalhadamente os elementos de vida e cultura da amostragem; posteriormente os dados foram expressos em uma tabela comparativa entre homicidas em série brasileiros e internacionais para melhor apreciação. A amostragem consiste de 4 homicidas brasileiros, 2 da África do Sul, 1 do México e 1 da Colômbia, sendo 7 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Para esta pesquisa os resultados obtidos expressam que, com exceção do Assassino de Donnybrook, o sujeito passou por presença de algum tipo de violência infantil desde abandonos a abusos físicos e/ou sexuais. Ao estudar a cultura sul-africana durante a atuação de ambos assassinos, é possível ver que o Apartheid tem uma influência significativa em especial no que tange os crimes de estupro em série, uma vez que os homens se sentiram extirpados de sua masculinidade que normalizou o estupro e o espancamento de mulheres. Nos países latinos, a presença da religião, a sobrevalorização da mulher virgem e o idolatrar da imagem do “Homem Macho” são significativos na cultura. Por exemplo, no caso do México o “Homem Macho” era visto como herói e uma imagem a ser venerada. É possível assim observar que o momento de atividade dos homicidas selecionados e a cultura na que estavam inseridos possuem uma relação na expressividade do crime em série, principalmente na construção de fantasias, porém este não deve ser considerado de forma isolada. Variáveis como o ambiente familiar e social foram fortemente relevantes, principalmente para escolha de vítimas. Já para o método selecionado, é possível ver que cada homicida escolheu o método de forma subjetiva e de acordo com a habilidade de cada um e com o que estava disponível para eles.

## Utilização de Parâmetros da Área Triangular Facial Inferior e da Forma dos Forames Infraorbitais Para Determinação do Sexo em Crânios Secos Adultos

Marcela Ricardo<sup>1</sup>, Wagner Costa Rossi Junior<sup>1,2</sup>, Alessandra Esteves<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade Volpe Miele, Ribeirão Preto, SP, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alfenas, Departamento de Anatomia-Laboratório de Antropologia Física e Forense (LAFF), Alfenas, MG, Brasil

**Introdução:** A identificação humana por meio da Odontologia e Antropologia forense é muito vasto e complexo, sendo considerado como uma das mais importantes do perito criminal e/ou legista. Um dos quatro pilares do laudo/parecer antropológico é a estimativa do sexo e consiste em análises craniométrica e cranioscópica das características do esqueleto. Com isto, quanto mais mensurações e dados forem observados num laudo/parecer, mais confiável será o resultado. O grande problema que envolve a Antropologia Forense é a grande variabilidade morfológica e métrica que ocorre em populações miscigenadas, devido a fatores climáticos, alimentares e até mesmo socioeconômicos. **Objetivo:** Diante este trabalho o objetivo é verificar o dimorfismo sexual utilizando as medidas lineares do Triângulo Facial Inferior (TFI) e da forma dos forames infraorbitais. **Métodos:** Para este estudo, foram mensurados 84 (oitenta e quatro) crânios secos, sendo, 60 (sessenta) do sexo masculino e 24 (vinte e quatro) ao sexo feminino, todos com idade acima de 20 (vinte) anos. Os crânios utilizados pertencem ao acervo didático do Departamento de Anatomia Humana da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Para mensuração foram utilizados os seguintes pontos craniométricos: Próstio (Pr) e os forames infraorbitais (FIO) direito e esquerdo. A partir destes pontos, foram obtidas as seguintes medidas: distância interforame infraorbital (DFIO); distância forame infraorbital direito e próstio (DFIOD-Pr), distância forame infraorbital esquerdo e próstio (DFIOE-Pr) e Área do Triângulo Facial Inferior (ATFI). Para análise dos dados do presente estudo utilizou-se o Software Graphpad Prism 8, por meio do teste de variância e *t* de *Student*, para comparação das médias entre os sexos masculino e feminino. **Resultados:** A partir das mensurações obtidas é possível inferir que existem diferenças estatísticas somente da distância interforame infraorbital (DFIO) de crânios masculinos (56,36mm) em relação a crânios femininos (53,66mm). Para as demais distâncias não houve diferenças estatísticas. Dos 60 crânios masculinos analisados, o FIO tem formato redondo em 21 (36%); semilunar em 14 (23%); oval 11 (18%); triangular 10 (16%) e misto 4 (7%). Já dos 24 crânios femininos o FIO tem formato oval em 11 (46%); redondo 9 (38%); semi-lunar 4 (16%) e nenhum crânios teve forma triangular ou mista. **Conclusão:** De acordo com os resultados obtidos, pode-se inferir que, a análise da DFIO demonstra a existência de dimorfismo sexual, pois esta medida apresentou-se

significativamente maior em crânios masculinos. A forma do FIO é predominantemente redonda em crânios masculinos e oval em crânios femininos.

## **Análise Vitimológica das Vítimas o Tráfico Humano Para Fins de Exploração Sexual**

Marina Barbosa de Camargo Fernandes

*Universidade de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

O tráfico humano ganhou muito espaço na mídia em tempos recentes. Em busca de uma vida melhor, as vítimas são ludibriadas com promessas vazias que juram transformar todos os seus sonhos em realidade, porém ao chegarem a seu destino final têm seus documentos retidos e, muitas vezes, precisam trabalhar para quitar uma dívida que nunca contraíram e que parece jamais ter fim. O tráfico humano restará configurado quando estiverem presentes o recrutamento, transporte (mesmo que não ultrapasse fronteiras territoriais), alojamento ou acolhimento de pessoas. Caracterizado o tráfico humano, tem-se que este terá fins sexuais quando a pessoa for traficada com o objetivo de exploração sexual. Isto é, a vítima será obrigada a prostituir-se e a cometer atos libidinosos para que seu aliciador, ou outra pessoa envolvida com o tráfico, obtenha lucros a partir disso. Este estudo busca, através do exame dos depoimentos de dez sobreviventes do tráfico humano que foram exploradas sexualmente, descobrir quais os fatores em comum existentes entre as vítimas; se poderiam ser classificadas como sendo de alto, médio ou baixo risco; e quais as situações pelas quais as vítimas passaram após terem sido libertadas, se houve vitimização secundária ou não. Todas as vítimas analisadas se encontravam vulneráveis quando foram aliciadas para o tráfico humano. 50% delas foram aliciadas com propostas de que iriam ganhar mais dinheiro no lugar para onde foram traficadas, enquanto as outras 50% foram emocional e psicologicamente manipuladas pelos aliciadores e traficantes, acreditando estarem em uma relação de amizade ou romântica com estes. 50% das vítimas podem ser classificadas como vítimas de baixo risco no momento em que foram aliciadas. 40% das vítimas eram de alto risco, enquanto apenas 10% eram de médio risco. Todas as vítimas sofreram com a vitimização secundária, isto é, a vitimização que ocorre posteriormente, quando a vítima sofre as agruras da investigação criminal e do processo-crime (KONVALINA, 2020). 50% das vítimas, após terem sido reintroduzidas à sociedade, passaram a trabalhar com organizações que lutam contra o tráfico humano, sendo que destas 5 vítimas, 40% criaram suas próprias organizações. Das 10 vítimas estudadas, 60% afirmam não terem recebido qualquer tipo de ajuda psicológica, emocional, ou até mesmo financeira, após terem sido resgatadas do tráfico humano. Ainda, apenas 20% tiveram o apoio de suas famílias após sua libertação e uma única vítima (10%) relata ter recebido ajuda para se curar de seu vício em drogas e para encontrar um local seguro para morar. As vítimas, infelizmente, dificilmente recebem qualquer tipo de apoio após serem resgatadas, o que dificulta a sua reintrodução na sociedade. Com base nesses dados, fica claro que a

única maneira de prevenir a ocorrência do tráfico humano é a conscientização da população sobre a existência deste crime, além de serem disponibilizadas informações que possibilitem o indivíduo comum a reconhecer situações de aliciamento para o tráfico, bem como possíveis vítimas, para que a atuação policial e governamental seja mais eficaz no combate ao tráfico humano, em especial para fins de exploração sexual.

## **A Prova Pericial como Subterfugio da Violência Institucional contra a Mulher**

Paloma Thais Aguirres Hochscheidt

*Universidade Estadual do Norte do Paraná, CCSA, Jacarezinho, PR, Brasil*

A prova pericial produzida por peritos oficiais nos crimes de violência sexual previsto no artigo 213, do Código Penal, tem como objetivo esclarecer o fato concreto, para então, ao final do processo penal, o Magistrado poder formar sua convicção e o crime de estupro, por ser um crime material, necessita da prova pericial. Este trabalho tem como escopo a explanação da violência institucional na realização de corpo de delito feita por perito oficial e não oficial, previsto no artigo 159, “caput” e §1º do Código de Processo Penal, a fim de esclarecer como essa prova auxilia na busca da verdade real dos fatos e na elucidação dos crimes contra a dignidade sexual da mulher. O método utilizado nesta pesquisa é a bibliográfica, que visa coletar dados de artigos, livros e revistas científicas pertinentes ao tema. Nos crimes de estupro, ocorridos sob violência e/ou grave ameaça, o bem tutelado é a liberdade, vida, saúde e entre outros. A liberdade sexual consiste na ideia da livre escolha de seu parceiro, existindo regras para o comportamento nos relacionamentos interpessoais. Ao ocorrer a denúncia do crime de estupro, surge a pretensão punitiva do Estado, que o fara através da investigação criminal, ouvindo eventuais testemunhas e a vítimas, e através da prova pericial poderá obter a materialidade do crime. Entendido como um crime material, o crime de violência sexual nem sempre deixa vestígios, tornando um crime de difícil comprovação. O Código de Processo Penal expressa em seu artigo 158 e 159, a importância da prova de corpo de delito realizada por perito oficial. Entretanto, mesmo sendo realizado o corpo de delito, esta prova pericial não define se houve consentimento ou não na prática sexual, tendo sua efetividade questionada no que tange a comprovação dos crimes de estupro, fazendo com que a vítima seja constantemente questionada de suas ações antes, durante e após o delito, gerando a ocorrência da violência institucional. Ainda, quando a vítima deixa de fazer a denúncia da violência à autoridade policial por medo de como será avaliada, ou até mesmo vergonha de ter sido vítima do abuso, remete ao processo a ausência de um eventual laudo pericial, pois a prova material do crime desaparece com o tempo. Dos resultados obtidos, tem-se que a ação penal não pode e nem deve depender do laudo de violência sexual para julgamento do mérito e para que não ocorra defasagem na fase probatória é preciso que outras áreas da ciência forense em conjunto para que se obtenha a verdade real dos fatos, sem ultrapassar limites ou deixar de respeitar a dignidade da vítima. Por conseguinte, uma alternativa eficaz, que viabiliza e compensa a ausência do laudo, é a realização de prova produzida por médicos, psicólogos e psiquiatras, avaliando o dano psicológico e físico, podendo comprovar a veracidade das



alegações, evitando assim o embaraço e a violência institucional.

## Existem Diferenças de Peso entre os Sexos e Ancestralidade em Crânios Secos Obtidos de Cemitérios Públicos do Sul de Minas Gerais

Rebeca Vitória Gaspar Monteiro<sup>1</sup>, Wagner Costa Rossi Junior<sup>2</sup>, Alessandra Esteves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Alfenas, Curso de Ciências Biológicas, Alfenas, MG, Brasil

<sup>1</sup>Instituto de Ciências Biomédicas, Laboratório de Antropologia Física e Forense (LAFF),  
Departamento de Anatomia, Alfenas, MG, Brasil

**Introdução:** Como forma de auxiliar a polícia científica e os Institutos Médico-Legais (IMLs), a antropologia forense ganha destaque por ser um método seguro e de baixo custo. Para que haja a correta identificação de ossadas é necessário que haja padrões calculados, comparados e independentes para cada região brasileira. **Objetivo:** Este trabalho objetiva contribuir com dados craniométricos referente ao peso de crânios secos e comparar estes dados entre os sexos e dentro das ancestralidades. Assim sendo, este estudo pretende contribuir com dados que poderão auxiliar a perícia criminal na identificação humana. **Método:** Para este estudo foi utilizada uma amostra de 85 crânios humanos sugestivos de serem 58 masculinos e 27 femininos. A técnica utilizada para determinar o sexo dos crânios foi a cranioscopia, que envolve a análise visual de alguns acidentes anatômicos que auxiliam na diagnose sexual dos crânios. Para determinação da ancestralidade usamos como parâmetro os índices nasal e facial, técnicas já consolidadas na literatura. Os crânios foram obtidos de acordo com a lei nº 8501 de 1992, que trata do uso de cadáveres não reclamados para fins didáticos e pesquisas e através do convênio entre a Universidade Federal de Alfenas e a Polícia Civil de Minas Gerais processo sei nº 1510.01.0159252/2021-93. Para a análise do peso craniano foram excluídos os crânios que estavam com alguma alteração morfológica, como, cirurgias reparadoras por fratura/trauma ou sinais de degeneração óssea que pudessem alterar a pesagem. Para a realização da pesagem dos crânios foi utilizada uma balança digital semi-analítica com capacidade mínima de 0,5g e máxima de 5010g, marca Marte modelo AD5002. O peso dos crânios foi obtido pelo mesmo observador em três momentos diferentes com intervalo de 10 dias entre uma análise e outra. Para todas as análises, um valor de p menor que 5% ( $p < 0,05$ ) foi considerado significativo. O nível de confiança para esta pesquisa foi estabelecido em 95%. As análises serão realizadas no software GraphPad Prism 8 (GraphPad, San Diego, EUA). **Resultados:** A partir dos dados obtidos, observa-se que os dados foram significativamente diferentes de peso, entre os sexos e ancestralidades. Nos resultados entre os sexos, o peso dos crânios masculinos (568 gr) foi em média 70gr mais pesado que os crânios femininos (497 gr). Já os resultados do peso craniano

de caucasiano, negroide e mosaico (miscigenado), também mostrou-se ser diferente estatisticamente. A média de peso dos crânios caucasianos foi de 480g sendo 187 gramas mais leve que os crânios negroides e 67,8 gramas que os crânios mosaicos. Os crânios negroides pesaram em média 667g, sendo estes mais pesados que os crânios caucasianos e mosaicos; os crânios mosaicos pesaram em média 548g.

**Conclusão:** Sendo assim, o peso dos crânios entre as três ancestralidades estudadas mostraram-se ser diferentes estatisticamente, sendo o crânio negroide o mais pesado, seguido dos crânios mosaicos e depois os crânios caucasianos. Quando comparou o peso dos crânios entre os sexos, os crânios masculinos se apresentaram mais pesado que os crânios femininos.

## **As Contribuição da Semântica e da Pragmática nos Manuais de Instruções de Produtos: Uma Análise à Luz do Direito do Consumidor e da Linguística Forense**

Tadeu Luciano Siqueira Andrade

*Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, Salvador, BA, Brasil*

O Direito nasce na linguagem devido à interação social e se diz pela linguagem e se diz mediante a lei, a jurisprudência, os costumes e da própria jurisdição. Nesse contexto, justifica-se a indissociabilidade direito e linguagem. O mundo jurídico é permeado de expressões linguísticas que escapam ao cidadão comum que, além de não estar inserido no contexto jurídico, nem sempre compreende a linguagem usada pelos profissionais do Direito devido a sua complexidade. Apesar de haver movimentos em prol da linguagem jurídica mais acessível, como o *Plain English Movement* e o *Pattern Jury Instructions* (Estados Unidos), a Simplificação da Linguagem Jurídica (Brasil) e outros movimentos, a linguagem ainda é um obstáculo no acesso à justiça. Daí a vulnerabilidade linguística do cidadão comum diante da lei. Observa-se a dificuldade de o cidadão comum entender os termos técnicos usados nos manuais de instruções de uso de produtos que adquirem. Por isso, a doutrina adotou a informação ou transparência como um dos princípios basilares nas relações de consumo, levando em conta a vulnerabilidade do consumidor, uma vez que os termos técnico-científicos não fazem parte da competência linguístico-jurídica do cidadão comum. Para compreender essa vulnerabilidade, adotamos os pressupostos do Direito do Consumidor e da Linguística Forense, área da linguística que contribui na solução de problemas de ordem jurídica, auxilia também na análise e compreensão dos discursos e interações nos contextos forenses, considerando a língua como evidência. Este trabalho objetiva analisar os manuais de instruções dos produtos a partir da semântica (sentido) e da pragmática (usos linguísticos) como também as implicações do tecnicismo linguístico-jurídico na vida do cidadão comum. Neste contexto, apresentamos o diálogo entre a doutrina consumerista e a Linguística Forense. Este trabalho objetiva analisar a linguagem usada nos manuais de instruções, pertencentes a um gênero textual injuntivo, com a função de apresentar, ensinar a manusear e conservar um produto. Por ser um texto de cunho utilitário, deve apresentar uma linguagem clara, precisa, simples e econômica, uma vez que o mau uso de certos produtos coloca em risco a vida do usuário. Para este trabalho, adotaram-se os métodos da pesquisa documental, recorrendo ao estudo de doutrinas, leis e análise de alguns manuais de instrução, levando em conta o princípio da informação e da transparência esculpido nas relações de consumo e também os fundamentos da Linguística Forense, A partir dos dados obtidos, propusemos uma análise da linguagem usada nos

manuais de instruções, haja vista o princípio da informação e da vulnerabilidade linguística do cidadão comum em uma perspectiva semântico-pragmática. O uso dos termos técnicos nos manuais de instruções em uma linguagem simplificada garantirá ao cidadão comum o direito à informação e o acesso à justiça.

## **Trabalhos premiados com menção honrosa**

### **“Ciências Forenses” como Metodologia de Ensino-Aprendizagem para Alunos de Graduação: Relato de Experiência**

Alessandra Esteves, Lara da Costa Moreira, Thalita Coutinho de Souza Cruz, Gustavo Christian Quintino da Silva, Sergio Pereira Lima Neto, Wagner Costa Rossi Junior

### **Análise Vitimológica das Vítimas o Tráfico Humano para Fins de Exploração Sexual**

Marina Barbosa De Camargo Fernandes